

O papel do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste na diminuição das desigualdades inter e intrarregionais: O caso de Alagoas

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.003-059>

Eliane Correia dos Santos Silva

Mestre em Economia, Universidade Federal de Sergipe.

Wesley Santos

Mestre em Economia, Universidade Federal de Sergipe.

Elmer Nascimento Matos

Doutor em Economia, Universidade Federal de Sergipe.

RESUMO

O propósito deste trabalho é analisar o papel desempenhado pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) na economia de Alagoas no período de 1989–2010. Parte-se da afirmação que este fundo, instituído na Constituição de 1988, com o objetivo de contribuir para a diminuição das desigualdades regionais existentes no Brasil, é uma importante fonte de recurso repassado para a região Nordeste. Objetiva-se analisar os repasses dos recursos do FNE segundo a alocação espacial, a distribuição setorial e por porte de empreendimento, a fim de perceber se estão atingindo a meta definida na sua instituição. As fontes utilizadas no trabalho foram dados disponibilizados pelo Ministério da Integração Nacional (MI), dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Através das análises constatou-se que as aplicações dos recursos do FNE estão aumentando e ocorreram avanços nos direcionamentos dos recursos, mas existem imperfeições na alocação destes e se faz necessárias melhorias na distribuição espacial, por porte do beneficiário e nos setores produtivos que sejam mais estratégicos para o desenvolvimento da região.

Palavras-chave: FNE, Desenvolvimento Regional, Nordeste, Alagoas.



1 INTRODUÇÃO

O Governo Federal desempenhou historicamente um papel fundamental no processo de ampliação do crescimento econômico e na formulação de políticas de desenvolvimento. O modelo de desenvolvimento econômico a partir da intervenção estatal teve início na década de 1930, e expandiu-se em meados dos anos 1950. A partir de então, foram criadas instituições importantes com vistas à promoção do desenvolvimento das regiões periféricas e iniciou-se um processo de integração produtiva entre as regiões brasileira.

A década de 1970 também foi marcada pelo modelo intervencionista do Estado Nacional. A presença do estado seja na formulação de políticas econômicas, no apoio a infraestrutura ou com a concessão de crédito, foi decisiva para o desenvolvimento econômico do país e alavancar o desenvolvimento de regiões deprimidas, a exemplo da economia nordestina.

O Nordeste brasileiro, desde a implantação das políticas de desenvolvimento, passou a apresentar taxas de crescimento seguindo o ciclo de crescimento da economia nacional, e instalou-se na região uma “nova indústria”. As políticas de desenvolvimento destinadas à região possibilitaram que esta aumentasse sua participação no PIB nacional, e houve algumas modificações na sua estrutura de produção.

No entanto, com as dificuldades fiscais e financeiras do Estado Nacional e a crise na década de 1980, ocorreram mudanças importantes no formato da ação do estado no Brasil. De um modelo intervencionista, a tendência foi um modelo mais voltado para as políticas macroeconômicas de ajuste da economia. Houve redução significativa de adoção de instrumentos essenciais para a diminuição das desigualdades regionais, e as instituições de desenvolvimento que foram criadas em décadas anteriores perderam sua capacidade de atuação.

Na Constituição de 1988 ficou demonstrada a preocupação com a redução das desigualdades regionais existentes no Brasil. Nesta, ficou estabelecido que 3% do produto de arrecadação de renda e proventos de qualquer natureza (IR) e dos produtos industrializados (IPI) deveriam ser destinados para aplicação em programas de financiamento produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, instituiu e regulamentou o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), o Fundo Constitucional de Financiamento Norte (FNO) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

No entanto, foi com a criação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional que o planejamento regional passou a ser coordenado pelo Governo Federal. Com a criação desta, estimulou-se o debate sobre a importância de se ter ambientes favoráveis para atração de investimentos, houve também o fortalecimento das instituições de desenvolvimento regional e foi retomada a ideia que as políticas regionais devem fazer parte do programa nacional de desenvolvimento.



O FNE atualmente é um importante instrumento para o desenvolvimento da economia do Nordeste. Após decorridos mais de 25 anos, a maior preocupação é com a dinâmica espacial e setorial de distribuição deste recurso. O presente trabalho tem como foco analisar se os financiamentos estão atingindo o objetivo de diminuir as desigualdades inter e intrarregionais, desde sua implantação. Analisar a distribuição espacial dos recursos do FNE e quais os impactos nas estruturas produtivas, a perceber se os setores que recebem os recursos são setores chaves para o crescimento da localidade, com ênfase no estado de Alagoas.

Metodologicamente, serão adotados recortes temporal, espacial e temático. O recorte temporal será de 1989 a 2010, período após a implantação do FNE; o recorte espacial abrangerá o estado de Alagoas. Analisa-se o volume dos recursos nestes estados e sua alocação espacial para perceber a concentração/desconcentração dos financiamentos em locais com maior/menor dinamicidade. Quanto a temática, enfatiza-se os impactos na geração de emprego nos estados selecionados e no desenvolvimento de setores chaves para promover seu desenvolvimento. Para o desempenho do trabalho será também feita uma análise de dados do IBGE, dados disponibilizados gentilmente pelo Ministério da Integração Nacional (MI) para análise dos recursos de financiamento na região Nordeste, alocação, distribuição por atividades produtivas e por beneficiários.

O trabalho está dividido em seis sessões, contando com esta introdução. A segunda faz um breve relato sobre a economia brasileira. Na terceira sessão são abordadas as fontes de financiamento do desenvolvimento regional brasileiro, com ênfase no FNE. A quarta sessão analisa o comportamento da economia sergipana nas últimas décadas. O papel desempenhado pelo FNE na dinâmica da economia de Alagoas e suas limitações é tema da quinta sessão. As considerações finais são feitas na sexta sessão.

2 EVOLUÇÃO RECENTE DA ECONOMIA BRASILEIRA

A década de 90 é marcada por intensas modificações na economia internacional que repercutiram na brasileira. A exemplo da adoção do neoliberalismo, com a contemplação da desregulamentação, da privatização e da abertura comercial, além de maior flexibilização nas relações de trabalho. Houve também os efeitos prejudiciais da III Revolução Industrial sobre os países subdesenvolvidos. Esta trouxe transformações no padrão da produção automatizando máquinas e substituindo as antigas, além de modificações no processo de trabalho e alianças tecnológicas para a competição (Caiado, 2002; Cano, 2008).

Os governos Collor e FHC adotaram medidas neoliberais com a finalidade de estruturar a indústria brasileira através da abertura comercial. O resultado disso foi o aumento nas importações e déficit na balança comercial brasileira, além do fato do investimento privado ter se tornado alvo de disputa por parte das unidades subnacionais para atrair capital, como forma de estimular o crescimento.

Segundo Macedo e Matos (2008), neste período houve uma inflexão do processo de desconcentração. A partir de então, passou a haver uma escolha mais seletiva da localização dos investimentos, nos aspectos espacial e setorial. Assim, as regiões com menor dinamicidade, baixa infraestrutura, baixa oferta de economias de aglomeração, entre outros fatores, estariam alijadas no processo de atração de investimentos de indústrias de ponta e serviços modernos.

Os investimentos públicos através das empresas estatais tiveram um papel importante na política de desenvolvimento vista até a década de 90. Eles acabavam por influenciar e coordenar os investimentos privados que possibilitavam novas chances de inversão. A crise da dívida externa debilitou as finanças do estado nacional. Com isso os investimentos públicos e o crescimento econômico foram diminuídos. Além de que os investimentos privados também foram afetados, principalmente o industrial (Cardozo, 2010).

Após a crise, na década de 90 houve uma diminuição nos investimentos em infraestrutura básica, abandono de políticas desenvolvimentistas que visavam minimizar as disparidades regionais com a extinção de órgãos criados para o desenvolvimento das regiões Nordeste e Amazônia, a SUDENE e a SUDAM, respectivamente. Estes somente voltaram funcionar no governo de Lula, mas esvaziadas financeira e operacionalmente.

O aumento do debilitamento fiscal e financeiro do estado nacional foi transmitido para os estados. Os investimentos estaduais e municipais diminuíram assim como feneceram as políticas nacionais de desenvolvimento regional e surgiu a famigerada “guerra fiscal”. Na década de 90, o que se processou foi a ausência de uma política regional articulada com diversos instrumentos públicos para diminuir o hiato que separa as regiões mais desenvolvidas das mais atrasadas (Cano, 2007).

Segundo Cardozo (2010), o acirramento da guerra fiscal na década de 90 é efeito do debilitamento da ação do Estado Nacional em três linhas: a crise fiscal e financeira desde a década de 80 que afetou negativamente a capacidade de gasto do governo nacional e favoreceu a redução da intervenção do estado na economia; um segundo fator foi a redução das políticas de desenvolvimento regional coordenadas pelo governo nacional para diminuição das desigualdades regionais e a busca pela integração inter-regional; o terceiro fator refere-se a baixa autonomia, frente ao processo de abertura comercial, para que o Estado conduza a política macroeconômica atendendo os objetivos definidos internamente.

Segundo Cano (1994), na constituição de 1988 houve a tentativa de ressuscitar a presença do Estado na questão regional, que sustentou o sistema de incentivos fiscais por mais alguns anos e obrigou a regionalização de parte do orçamento público e das estatais. Por outro lado, acompanhado ao debilitamento do Estado, houve também uma crise dos órgãos públicos de fomento regional que foram esvaziados e extintos em 2001, os órgãos criados para o desenvolvimento das regiões Nordeste e Amazônica, SUDENE e SUDAM, respectivamente.



Na Carta Magna em 1988 instituíram-se três fundos de financiamento para compensar as diferenças de desenvolvimento econômico e social existente no Brasil. Os fundos constitucionais são destinados para contribuir para o desenvolvimento das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, partindo da ideia que os desequilíbrios no desenvolvimento das regiões mais atrasadas prejudicam também o desenvolvimento do país como um todo. Apesar de o Brasil não ter em sua agenda a questão regional, durante as duas últimas décadas esta continuou a contar com instrumentos de desenvolvimento regional, ou seja, recursos de fomento das atividades econômicas em regiões menos desenvolvidas.

Na Constituição de 1988 ficou estabelecido que 3% do IR e IPI deveriam ser destinados aos fundos constitucionais de financiamento das regiões menos desenvolvidas, dos quais 1,8% são para o desenvolvimento da região Nordeste, sendo metade destes para o semiárido, administrados pelo Banco do Nordeste do Brasil e os demais para as regiões Norte (0,6%) e Centro-Oeste (0,6%) administrados pelo Banco da Amazônia e Banco do Brasil, respectivamente, tendo por objetivo reduzir as desigualdades regionais (Matos, 2006).

Apesar de estes fundos terem sido criados sem articulação e com uma sistemática de desenvolvimento regional que limitava o alcance de seus objetivos, a preocupação com as desigualdades regionais foram mostradas desde a Constituição de 1988. Ou seja, mesmo com a ausência da instrumentalização e coordenação por parte do Governo Federal, essa busca pela redução das desigualdades ficou expressa na Constituição.

Os fundos constitucionais de financiamento são um dos principais instrumentos de política de fomento regional. Segundo Macedo e Matos (2008), a alocação dos recursos vinculada à política regional, garantiria de forma contínua o financiamento dos setores produtivos, delimitados pela legislação das regiões alvo dos mesmos. Estes ocorrem atrelados somente ao crescimento da economia nacional, em função da sua origem, independentes de ciclos políticos. Os fundos de financiamento concedem créditos às empresas de suas regiões alvo com as taxas de juros abaixo das praticadas no mercado.

Araújo (2010) defende que o crédito de forma orientada pode fortalecer a economia através do financiamento a setores estratégicos, no entanto ele deve ser orientado para não manter o quadro de beneficiar setores que não sejam estratégicos para o desenvolvimento da região. Assim como afirmado por Furtado (2009 apud Araújo, 2010), os investimentos não são instrumentos suficientes para combater os desequilíbrios regionais. Mas quando existe crédito orientado, este pode provocar efeitos dinamizadores em locais subdesenvolvidos, como o Nordeste.

Constata-se que, em 2003, o Governo Federal, através do Ministério da Integração Nacional, iniciou a formulação de uma política de desenvolvimento regional para combater as desigualdades regionais e sub-regionais, recriando as extintas Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste

(SUDENE) e da Amazônia (SUDAM), para coordenar os esforços dos setores público federal, estadual e municipal no desenvolvimento das regiões Nordeste e Norte. As reformulações propostas pelo governo Lula foram impar no período posterior a constituição de 1988. Surgiu também a proposta da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) que faria um mapeamento do território nacional segundo sua tipologia. Através desta, foram denominados as microrregiões de alta renda, microrregiões dinâmicas, microrregiões estagnadas e microrregiões de baixa renda. Embora a PNDR só tenha sido instituído em 2007, tornou-se norteador das aplicações dos fundos constitucionais de financiamento, a partir de 2006.

A PNDR representa o primeiro esforço da instituição de uma política nacional de desenvolvimento regional no Brasil, ao contrapor a programas isolados de desenvolvimento, com mudanças de paradigma na questão regional na economia Nacional. Sendo que esta política rompe com a visão tradicional do problema regional brasileiro à dimensão macrorregional e adota uma abordagem nacional articulada (Ministério da Integração, 2012).

Araújo (2010), afirma que no início das aplicações dos fundos eles não eram direcionados por um órgão planejador. O autor defende que é nítida a necessidade de um órgão que oriente os rumos da economia e faça o planejamento. Afirma ainda que o papel da SUDENE foi enfraquecido com o golpe militar de 1964, desvirtuando diversas prerrogativas que lhe eram intrínsecas no projeto inicial da instituição. Segundo Furtado (2009) “à SUDENE deveriam ser desenvolvidas suas prerrogativas originais que assessora tanto o presidente da república como o congresso nacional e participa do sistema de decisão”.

De acordo com Araújo (2010), alguns papéis que antes eram destinados as superintendências regionais (SUDAM e SUDENE) foram transferidos para o Ministério da Integração Nacional que faz o planejamento das diretrizes da política de desenvolvimento regional utilizando como base a política macroeconômica do governo. O autor afirma que o órgão até o momento em estudo não tinha a capacidade de entender as peculiaridades das regiões e articulá-las ao escopo macro nacional, e isso enfraquecia seu papel como planejador regional.

Estudos feitos por Matos (2006) indicam que embora da importância dos fundos de financiamento, eles possuem capacidade limitada como instrumento de política regional, porque não são acompanhadas de outras iniciativas que se configurem como políticas de desenvolvimento regional. Os recursos dos fundos têm sido direcionados para as áreas mais dinâmicas nas regiões alvos dos mesmos. Uma política nacional de desenvolvimento regional, segundo Araújo (2006), deve ser delineada em várias escalas e envolver vários agentes e utilizar-se de diversos instrumentos. Ressaltando-se que esses instrumentos não devem ser apenas os fiscais, mas um conjunto de estratégias para ampliar o investimento e redistribuição de renda e de ativos.

3 PRINCIPAIS LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL

O papel desempenhado pelo Estado foi de fundamental importância para o desenvolvimento da economia nacional. Cita-se o Plano de Metas e o II PND que foram planejados e executados pelo setor público, com participação de capital privado. A intervenção estatal direta, de forma mais incisiva, perdurou até a década de 80 quando houve a crise da economia externa, que afetou as finanças públicas, e ficou evidente a necessidade de reformas na economia nacional.

Estas reformas que se iniciaram na década de 80 e foram consolidadas na década de 90, trouxeram uma série de mudanças na economia. No que se refere à intervenção estatal, houve uma diminuição na intervenção direta do Estado para uma função de regular a economia, neste momento as políticas passam a ser desenvolvidas pondo o estado como facilitador do setor privado. Neste período, surgem os Planos Plurianuais (PPA's) que são os principais instrumentos de planejamento de médio prazo no país, nos quais as metas de administração pública são estabelecidas de forma regionalizada. O PPA foi elaborado pelo Governo Federal por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sendo eles: o primeiro plano plurianual, no governo de Fernando Collor (1991–1995), o segundo plano foi o Brasil em Ação (1996–1999), posteriormente o Avança Brasil (2000–2003), o Plano Brasil – Participação e Inclusão (2004–2007), o Desenvolvimento com Inclusão Social e Educação de Qualidade (2008–2011) e o Plano mais Brasil (2012–2015) (LIMA, 2008).

No âmbito do PPA de 2004–2007, foi criada a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. A PNDR, busca a reversão das desigualdades inter e intrarregionais, com a valorização de recursos endógenos e as especificidades culturais, sociais, econômicas e ambientais. A política busca a equidade, traduzida na redução das desigualdades espaciais e de níveis de renda e busca combiná-la com a competitividade, na economia nacional como um todo (www.integracao.gov.br).

O principal objetivo da PNDR é reduzir as desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras. Os objetivos específicos da PNDR são: (i) dotar as regiões das condições necessárias, infraestrutura, crédito e tecnologia; (ii) promover a inserção social produtiva da população, a capacitação dos recursos humanos e a melhoria da qualidade da vida; (iii) fortalecer as organizações socioprodutivas regionais, ampliando a participação social; (iv) estimular a exploração das potencialidades sub-regionais que advêm da magnífica diversidade socioeconômica, ambiental e cultural do país (www.integracao.gov.br).

Em 2010 foi lançado pelo Ministério da Integração uma proposta de nova PNDR, com o duplo objetivo de: I) sustentar uma trajetória de reversão das desigualdades inter e intra-regionais com a valorização dos recursos endógenos e das especificidades culturais, sociais, econômicas e ambientais, e; II). Criar condições de acesso mais justo e equilibrado aos bens e serviços públicos no território

brasileiro, com a redução das desigualdades de oportunidades vinculadas ao local de nascimento e moradia (www.integracao.gov.br).

De acordo com o Decreto nº 6.047/2007, os planos e ações da PNDR com vistas a redução das desigualdades regionais e ampliar as oportunidades do desenvolvimento serão executados pelo: I – Orçamento Geral da União; II – Fundos Constitucionais de Financiamento das regiões Norte (FNO), Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO); III – Fundos de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) e Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA); IV – outros Fundos especialmente constituídos pelo Governo Federal com a finalidade de reduzir as desigualdades regionais; V – recursos dos Agentes Financeiros Oficiais; VI – Incentivos e Benefícios Fiscais (www.integracao.gov.br).

Estes fundos são destinados a projetos financiados com o propósito de geração de emprego e renda aos beneficiários. Tendo em vista a importância do crédito para o desenvolvimento econômico, objetiva-se neste capítulo fazer um levantamento dos principais fundos e créditos destinados à promoção do desenvolvimento regional no Brasil. Inicialmente são mostrados os fundos de desenvolvimento regional (FDA, FDNE e FDCO), os incentivos fiscais que são oferecidos às empresas para que estas se instalem em determinada região e posteriormente são analisados os fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste que foram criados na Constituição de 1988, com o objetivo de minimizar as desigualdades regionais existentes no Brasil, com ênfase no FNE, objeto de estudo deste trabalho.

3.1 FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTO

Na Constituição Federal de 1988 foram destinados recursos da União através do IPI e IR para aplicar em programas de desenvolvimento regional, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Com o objetivo de garantir a promoção do desenvolvimento destas regiões, instituíram-se os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Estes fundos visam aumentar a produtividade dos empreendimentos, gerar emprego, aumentar a arrecadação tributária e melhorar a distribuição de renda.

Os fundos foram regulamentados pela Lei nº 7.827, de 1989 que normatizou o modo de funcionamento destes, estabeleceu suas finalidades, os beneficiários, os encargos financeiros, os recursos, a administração dos recursos e a prestação de contas. Segundo Quiante (2010), com a instituição dos fundos na legislação em 1989, um dos aspectos importantes é que a aplicação dos fundos não pode sofrer as restrições de controle monetário. Os recursos não fazem parte dos recursos próprios dos bancos gestores, devem ficar em balancete a parte.

Quanto aos recursos e aplicações, constituem fontes de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste: i) 3% (três por cento) do produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados,

entregues pela União, na forma do art. 159, inciso I, alínea c da Constituição Federal; ii) os retornos e resultados de suas aplicações; iii) o resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados, calculado com base em indexador oficial; iv) contribuições, doações, financiamentos e recursos de outras origens, concedidos por entidades de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras; v) dotações orçamentárias ou outros recursos previstos em lei (www.integracao.gov.br).

As taxas de juros aplicadas variam de acordo com o porte dos tomadores do empréstimo. Projetos como, por exemplo, os de mini e pequenos produtores rurais e para micro e pequenas empresas têm tratamento preferencial. Os setores produtivos aos quais são destinados são os setores agropecuário, mineral, industrial, agroindustrial, turístico, de infraestrutura, comercial e de serviços dos estados do Nordeste, Norte e Centro-Oeste, que são classificados segundo o porte de acordo com o setor. São destinados a pessoas físicas, jurídicas, firmas individuais e associações e cooperativas de produção, classificados segundo o porte de acordo com o setor de atividade (www.integracao.gov.br).

O FNE atua nos estados do Nordeste e no Norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo abrangidos pela área de atuação da SUDENE. O FCO atua na região Centro-Oeste do Brasil, abrangendo os estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e o Distrito Federal, e o FNO, atua nos sete estados da região Norte. Os recursos são repassados pela Secretaria do Tesouro Nacional para o Banco do Nordeste no caso do FNE, para o Banco da Amazônia (FNO), e no caso do FCO o Banco do Brasil, para que estes possam operacionalizar e administrar em cada região (www.integracao.gov.br).

A administração dos fundos segue as atribuições previstas em lei, exercidas pelos seguintes órgãos: i) Ministério da Integração Nacional; ii) conselho deliberativo das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste e iii) instituição financeira de caráter regional e Banco do Brasil

Cabe ao conselho deliberativo da respectiva Superintendência de Desenvolvimento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste: i) estabelecer, anualmente, as diretrizes, prioridades e programas de financiamento dos fundos, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento; ii) aprovar, anualmente, os programas de financiamento de cada fundo para o exercício do ano seguinte; iii) avaliar os resultados obtidos e determinar as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes estabelecidas e à adequação das atividades de financiamento às prioridades regionais; iv) encaminhar o programa de financiamento para o exercício seguinte, juntamente com o resultado da apreciação e o parecer aprovado pelo colegiado, para conhecimento e acompanhamento pelo Congresso Nacional. (www.integracao.gov.br)

São atribuições das instituições financeiras administradoras dos fundos: i) aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito de acordo com os programas aprovados pelos respectivos conselhos deliberativos; ii) definir normas, procedimentos e condições operacionais

próprias da atividade bancária, respeitadas, dentre outras, as diretrizes constantes dos programas de financiamento aprovados pelos conselhos deliberativos de cada fundo; iii) analisar as propostas em seus múltiplos aspectos, inclusive quanto à viabilidade econômica e financeira do empreendimento, para, com base no resultado dessa análise, enquadrar as propostas nas faixas de encargos e deferir créditos; iv) formalizar contratos de repasses de recursos; v) prestar contas sobre os resultados alcançados, desempenho e estado dos recursos e aplicações ao Ministério da Integração Nacional e aos respectivos conselhos deliberativos; vi) exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos, à recuperação dos créditos, inclusive nos termos definidos nos arts. 15-B, 15-C e 15-D, e à renegociação de dívidas, de acordo com as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (www.integracao.gov.br).

Surgiu também a proposta da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que faria um mapeamento do território nacional segundo sua tipologia. Após a implantação da PNDR, houve um melhor direcionamento dos recursos dos fundos constitucionais. A PNDR foi instituída pelo Decreto nº 6.047, de 22.02.2007, mas tornou-se norteador das aplicações dos recursos dos fundos de financiamento a partir de 2006. Através desta, foram denominados as microrregiões de alta renda, microrregiões dinâmicas, microrregiões estagnadas e microrregiões de baixa renda. O objetivo dessa classificação é destinar os recursos para as regiões de menor renda.

Para a definição desta classificação, utilizou-se de uma escala microrregional de acordo com a divisão do IBGE, com duas variáveis para avaliar o grau de desenvolvimento econômico. A primeira analisa a faixa de renda de cada microrregião segundo a renda domiciliar média per capita do censo de 2000, englobando todas as fontes declaradas (salários, benefícios, pensões, etc.) e a taxa geométrica de variação do PIB por habitante. A partir disso, divide-se as microrregiões em quartis, classificadas em alta renda, baixa renda e as demais como média renda (www.integracao.com.br).

No Grupo I que compreende as microrregiões da alta renda, são as que têm alto rendimento domiciliar por habitantes, que independe do dinamismo observado. No Grupo II encontram-se as microrregiões dinâmicas com rendimentos médios e baixos, mas que a dinâmica da economia é significativa. No Grupo III, ficam as microrregiões estagnadas com rendimento domiciliar médio, mas com baixo crescimento econômico e no Grupo IV, as microrregiões de baixa renda, com rendimento domiciliar baixo e dinamismo também baixo. As microrregiões que são consideradas prioritárias segundo esta classificação são as três últimas (www.integracao.com.br).

A nova PNDR, lançada em 2010, adota o critério de paridade do poder de compra utilizando-se do Índice da cesta básica do DIEESE em comparação a renda das diversas regiões. Com isso a faixa média de renda passa a ser dividida em duas: média renda inferior e média renda superior. Quanto a segunda variável, a avaliação do dinamismo das microrregiões passa a ser feita com média móvel dos

anos 90 a 92 e 2000 a 2002, dividindo as microrregiões nem quartis semelhante ao efetuado para a distribuição da renda média (www.integracao.gov.br).

4 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ECONOMIA ALAGOANA

Segundo Gomes (2011), a economia alagoana já se posicionou entre as quatro maiores do Nordeste em termos de participação no PIB regional, em meados do século XX, e veio perdendo essa participação ao longo das últimas décadas. O autor demonstra que a dinâmica do crescimento acumulado do PIB entre os anos 2002 a 2009, é menor do que a verificada em todos os estados do Nordeste. Nos últimos anos, a economia alagoana não conseguiu acompanhar o crescimento da economia nordestina.

Alagoas tem a economia concentrada no setor sucroalcooleiro e têm ficado em desvantagem também em relação aos estados menores, como Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe e Maranhão. Ainda segundo Gomes (2011), o estado também não está conseguindo recuperar-se em termos de PIB per capita, tampouco acompanhar os movimentos dos estados do Nordeste que estão abaixo do PIB per capita da região.

No entanto, na década de 2000 a 2010, com o novo direcionamento das políticas macroeconômicas e regionais, além do aumento da participação do mercado internacional, a economia alagoana passou por algumas modificações em sua configuração econômica, se comparados à década de 1990. Ao fazer uma análise da indústria em participação no VTI e número de estabelecimentos para os anos 1995 e 2010, observa-se que a indústria de transformação tem mais de 90% do VTI industrial. Como pode ser observado na Tabela 1, o maior peso no VTI no ano de 1995 eram os bens de consumo intermediários com 53% do VTI na indústria de transformação, em segundo lugar ficava os bens de consumo não duráveis com 38% do total e os bens de capital com apenas 0,4%. No ano de 2010, observou-se uma queda na participação dos bens de consumo intermediários que passou a responder por 20,9%, essa perda significativa foi devido a elevada perda da indústria química, com isso, os bens de consumo não duráveis lideraram em participação no VTI, com 71% do total. A indústria química em 1995 tinha uma participação de 49,8% do VTI, no ano de 2010 representou apenas 13% do VTI no estado.

Tabela 1 Alagoas: Estrutura (%) do Valor da Transformação Industrial, segundo os usos: 1995-2010

	1995		2010	
	Estabelecimentos	VTI	Estabelecimentos	VTI
Indústrias extrativas e de produtos minerais	0,84	7,26	5,26	VTI
Indústria de transformação	99,16	92,74	94,74	1,48
Bens de Consumo Não Durável	59,66	38,98	43,23	98,52
-Produtos alimentares	43,70	36,77	34,95	70,18
-Bebidas	1,68	-	3,02	62,61
Bens Intermediários	22,69	53,36	19,45	6,83
-Minerais não-metálicos	7,56	3,50	9,20	20,95
-Química	13,45	49,86	3,81	4,32
-Produtos de matérias plásticas	1,68	-	6,44	13,29
Bens de Consumo durável e de Capital	5,88	0,40	14,46	3,34
-Mecânica	5,88	0,40	14,46	3,64

Fonte: IBGE

Na indústria de transformação, o gênero de maior peso no VTI em 1995 era o de produtos alimentícios com 36,7%. No ano de 2010, este gênero apresentou uma participação significativa, com 62% do total no segmento. Em 2010, os bens de capital também apresentaram uma elevação na participação comparativamente ao ano de 1995.

Ou seja, há uma forte centralização da produção industrial nos bens de consumo não duráveis, com destaque para os setores de alimentos e bebidas. Além do fato que a indústria química do segmento dos bens de consumo intermediários enfrentou forte declínio, mas ainda assim centraliza a produção, o polo cloroquímico detém 13,29% da produção dos 20,95% do VTI do setor de bens de consumo intermediários.

Quanto aos estabelecimentos industriais em Alagoas, a indústria de transformação concentra o maior número de estabelecimentos do setor industrial. O destaque no surgimento de novas unidades no período foi à indústria de transformação, com destaque em número de estabelecimentos para a fabricação de alimentos e bebidas.

Quanto aos setores da economia alagoana, o setor agropecuário vem perdendo participação no PIB estadual. Com base nos dados da Tabela 2 observa-se que em 1995 este era responsável por 17% do total do PIB no estado, nos anos subsequentes foi apresentando queda, e chegou em 2010 com apenas 6,7%.

Tabela 2 Alagoas - Participação setorial do PIB (%) de 1995- 2010

Atividades	1995	2000	2005	2010
Agropecuária	17,8	15,2	8,6	6,7
Indústria	21,4	21,9	27,1	21,2
-Indústria extrativa	-	-	1,3	0,9
-Indústria de transformação	11,0	11,8	12,9	9,3
-Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	3,9	3,6	6,8	4,4
-Construção civil	6,5	6,5	6,2	6,6
Serviços	60,8	62,9	64,3	72,1
-Comércio	8,9	8,4	10,5	15,9
-Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	2,5	3,0	3,5	4,2
-Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	23,5	22,7	23,8	28,0
-Outros serviços	26,0	28,9	26,6	24,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Contas Regionais IBGE

O setor secundário teve uma elevação em sua participação principalmente em 1985, com os investimentos estatais, representando 29,22%, apresentou queda em 1989 e em 2010 representava 21%. Reflexo da falta de uma política industrial há expansão significativa do setor de serviços na economia alagoana, que em 2010 representou 72% do total da composição do PIB no estado.

Em Alagoas, a agropecuária é desenvolvida numa região que se estende do litoral à Zona da Mata. Alagoas é o sexto maior produtor nacional de cana-de-açúcar. Outros importantes cultivos são o fumo, arroz, feijão, mandioca, tomate, abacaxi, batata-doce, banana, coco-da-baía e laranja. O estado também possui rebanhos bovinos, equinos, caprinos e ovinos.

Quanto ao setor secundário, atua nos ramos alimentício, açúcar, álcool, têxtil, químico, cloroquímico, cimento, mineração e produção de petróleo e gás natural. O setor de serviços tem apresentado papel significativo na geração de postos de trabalho no estado. O turismo é o principal componente do setor de serviços e também a atividade que mais cresce no estado de Alagoas, por possuir 40 municípios com potencial turístico, com praias, rios e cidades históricas.

No entanto, a concentração das indústrias, shoppings centers, universidades encontram-se principalmente em Maceió e Arapiraca. Estes municípios juntamente com São Miguel dos Campos, Palmeira dos Índios e Penedo são os que possuem melhores condições de infraestrutura, serviços hospitalares, comércio e indústrias. A maior parte dos municípios que apresentam menores índices de desenvolvimento está localizada no sertão do estado, nestes existe uma oferta reduzida de serviços básicos, educacionais e de transporte (Silva Junior 2011).

No que concerne ao Valor Adicionado Bruto (VAB) em Alagoas, a distribuição por setor é semelhante ao apresentado na economia nacional. A Tabela 3 mostra o perfil produtivo da economia alagoana entre os anos de 1995 a 2010 quanto ao VAB, por atividade econômica. O setor primário respondia em 1995 por 17,8% do VAB do estado e apresentou queda ao longo dos anos, chegando a



2010 com 6,7% do VAB. O setor secundário, em 1995, respondia por 21,4%, e permaneceu praticamente com o mesmo percentual ao longo dos anos, apenas com uma elevação em 2005. O setor terciário líder na participação das riquezas de Alagoas representava, em 1995, cerca de 60,8% do VAB, teve um aumento ao longo dos anos e em 2010 representou 72% do VAB.

Tabela 3 Alagoas – Participação (%) no Valor Adicionado Bruto a preços básicos

Setores	1995	2000	2005	2008	2010
Primário	17,80	15,20	8,60	7,90	6,70
Secundário	21,40	21,90	27,10	23,20	21,20
Terciário	60,80	62,90	64,30	68,90	72,10
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE Contas Regionais 1995-2010.

Ao analisar os empregos gerados na economia alagoana de 1995 a 2010, através de dados do RAIS, observa-se que o setor primário apresenta o menor percentual de contratações no estado. Em 1995 correspondia a 2,1% do total, teve oscilações ao longo dos anos estudados, e chegou a 2010 com 6% de participação nos empregos gerados no estado. O maior gerador de emprego formal no estado é o setor terciário, que era responsável em 1995 por mais de 68% de empregos formais em Alagoas e chegou em 2010 com 67% do total. O segundo maior gerador de empregos é o setor secundário, com a análise desagregada, tem maior destaque para a indústria de transformação, conforme pode ser visto na Tabela 4.

5 O FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE NO ESTADO DE ALAGOAS

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste é um mecanismo de concessão de crédito com vistas à promoção do desenvolvimento do Nordeste, na tentativa de diminuir as desigualdades regionais existentes no Brasil. Este fundo de financiamento, assim como os demais fundos (FNO, FCO), os incentivos fiscais e os Fundos de Desenvolvimento Regional (FDNE, FDCO e FDA), são instrumentos para o financiamento da política de desenvolvimento regional no Brasil. O FNE mobiliza quantidade significativa de recursos para as localidades receptoras. Com parte desses recursos são aplicados na economia alagoana, objetiva-se elencar os efeitos de aplicação deste fundo na estrutura produtiva desta.

Tabela 4 Alagoas - Emprego formal por setor e atividade econômica 1995- 2010

	1995	(%)	2000	(%)	2005	(%)	2010	(%)
Extrativa Mineral	782	0,2	560	0,2	483	0,2	347	0,1
Indústria de Transformação	105087	22,3	95978	26,1	61113	22,5	63585	23,5
Prod. Mineral não Metálico	1967	0,4	2875	0,8	3608	1,3	4444	1,6
Indústria Metalúrgica	494	0,1	706	0,2	1150	0,4	1305	0,5
Indústria Mecânica	40	0	88	0,0	1016	0,4	1437	0,5
Elétrico e Comunicação	17	0	114	0,0	204	0,1	169	0,1
Material de Transporte	424	0,1	279	0,1	615	0,2	536	0,2
Madeira e Mobiliário	744	0,2	977	0,3	894	0,3	1868	0,7
Papel e Gráf	647	0,1	718	0,2	1143	0,4	1510	0,6
Borracha, Fumo, Couros	456	0,1	437	0,1	859	0,3	1238	0,5
Indústria Química	424	0,1	1486	0,4	2247	0,8	6075	2,2
Indústria Têxtil	6248	1,3	5404	1,5	6588	2,4	7092	2,6
Indústria Calçados	743	0,2	765	0,2	2108	0,8	5919	2,2
Alimentos e Bebidas	6308	1,3	8474	2,3	10841	4,0	9884	3,6
Serviços Industriais de Utilidade Pública	4618	1,0	3713	1,0	2797	1,0	3448	1,3
Construção Civil	27986	5,9	12689	3,5	10159	3,7	5739	2,1
Comercio e serviços	322690	68,5	243508	66,3	177660	65,3	181623	67,0
Agropecuária	9829	2,1	10668	2,9	19971	7,3	16192	6,0
Total	470992	100	367116	100	272183	100	270934	100

Fonte: MTE/RAIS

Das 3.552.775 operações contratadas pelo FNE no período de 1989 a 2010, a economia Alagoana respondeu por 206.510 operações, o que equivale a 5,8% do total e por 5% do valor contratado no Nordeste no mesmo período. Levando em consideração os períodos de acordo com a Tabela 5, o período em que o estado de Alagoas teve maior percentual de participação nas contratações da região Nordeste foi de 1995 a 2000. Alagoas é um dos estados que na média tem menor participação nas contratações do FNE.

TABELA 5 FNE: Participação do estado de Alagoas nas operações e contratações

Período	Nº de operações	Valor contratado
1989/1994	5,3	5,4
1995/2000	7,1	6,3
2001/2005	5,7	4,3
2006/2010	5,6	4,9
Média	5,9	5,2

Fonte: SIG/MI.

Ao analisar a distribuição de recursos por porte do tomador no estado de Alagoas (Tabela 6), observa-se que no período de 2000 a 2010 enquanto 99% das operações eram destinadas aos empreendimentos de pequeno porte, no que concerne a valores contratados, foram destinados em média

38%. Ao analisar ano a ano, observa-se que o estado de Alagoas de 2000 a 2002, teve um percentual de participação nas contratações dos recursos para os pequenos produtores superiores a soma das contratações para os médios e grandes produtores. Em 2005 teve sua participação levemente inferior ao verificado pelo grande produtor e a partir de 2006, o grande produtor passou a ganhar mais espaço, chegando a 70% do valor contratado em 2009 e 2010.

O grande tomador, mesmo responsável por em média 0,3% das operações, são os que concentram o maior volume de recursos do fundo. Em Alagoas nos últimos anos, 70% dos recursos foram destinados a este grupo. Com isso, verifica-se a mesma lógica que acontece de forma geral no FNE e demais fundos de financiamento que emprestam maior volume de recursos aos grandes e médios produtores que possuem maior facilidade de acesso ao crédito, fomentando as distorções já existentes.

Tabela 6 Alagoas- Distribuição dos recursos por porte do tomador segundo valor contratado e operações R\$ mil de 2000-2010 (%)

	Pequeno		Médio		Grande	
	VC	OP	VC	OP	VC	OP
2000	67,7	99,3	9,7	0,5	22,6	0,3
2001	62,9	97,3	8,6	2,2	28,5	0,4
2002	72,5	98,8	15,5	0,9	12	0,3
2003	32,5	95,6	43,8	2,8	23,7	1,5
2004	20,8	99,2	5,8	0,7	73,4	0,1
2005	44	99,7	7,6	0,2	48,4	0,1
2006	37,7	99,6	8,8	0,3	53,6	0,1
2007	30,5	99,4	4,9	0,4	64,6	0,2
2008	18,9	99,4	16,7	0,5	64,5	0,2
2009	2,2	99,4	27,2	0,4	70,6	0,2
2010	21,8	99,6	7,5	0,2	70,7	0,2
Média	37,4	98,8	14,2	0,8	48,4	0,3

Fonte: Ministério da Integração Nacional
OP- operações; VC- Valor contratado

Em relação ao destino setorial do FNE, observa-se uma predominância, entre 2000 e 2010, do número de operações em atividades rurais no estado de Alagoas, assim como verificado no FNE como um todo. Em Alagoas, como pode ser visualizado na Tabela 7, de 2000 a 2010 cerca de 97% das operações são no setor rural, enquanto no que se refere a valor contratado esse percentual é 47% no mesmo período. Esse fato se deve ao menor porte médio dos tomadores neste setor em comparação aos demais setores. O setor industrial respondeu em média no período por 1,1% das operações e 26% do valor contratado, o setor de comércio e serviços respondeu por 1,9% das operações contra 10% das contratações dos recursos no estado.

Tabela 7 Alagoas - Operações e valores contratados por setor de atividade R\$ mil de 2000-2010 (%)

	Rural		Agroindustrial		Industrial		Turismo		Comercio e serviços		Infraestrutura	
	VC*	OP*	VC*	OP*	VC*	OP*	VC*	OP*	VC*	OP*	VC*	OP*
2000	75,7	96,2	0,9	0,1	21,2	3,7	2,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2001	67,1	98,1	3,5	0,2	29,3	1,5	0,0	0,0	0,1	0,2	0,0	0,0
2002	72,5	98,1	0,0	0,0	11,9	0,4	10,3	0,4	5,4	1,2	0,0	0,0
2003	29,7	87,5	12,1	0,7	30,3	4,8	16,9	0,4	10,9	6,6	0,0	0,0
2004	20,3	99,1	1,1	0,1	62,2	0,2	0,2	0,0	11,8	0,6	4,4	0,0
2005	80,9	98,9	5,8	0,0	1,3	0,1	0,2	0,0	11,8	1,0	0,0	0,0
2006	64,3	98,4	15,0	0,1	8,3	0,2	1,7	0,0	10,7	1,4	0,0	0,0
2007	36,3	97,3	2,0	0,0	49,1	0,2	1,6	0,1	11,0	2,5	0,0	0,0
2008	27,0	96,3	1,4	0,3	25,7	0,3	3,9	0,0	21,1	3,1	21,0	0,0
2009	21,8	97,3	33,7	0,1	3,3	0,2	2,7	0,0	27,9	2,4	10,5	0,0
2010	25,9	97,8	9,4	0,0	50,8	0,2	5,2	0,0	8,7	1,9	0,0	0,0
Média	47,4	96,8	7,7	0,1	26,7	1,1	4,1	0,1	10,9	1,9	3,3	0,0

Fonte: Ministério da Integração Nacional

Quanto aos empregos gerados, foi visto acima que a economia alagoana tem o setor de serviços como maior gerador de empregos formais no estado, em termos de recursos do FNE, fica na posição de terceiro maior receptor dos financiamentos. O setor primário é o que possui menor participação no total de empregos formais, em contrapartida é o maior beneficiário dos recursos do fundo. Já no que se refere ao setor industrial é o segundo maior gerador de empregos formais, e em termos de FNE, também é o segundo maior beneficiário.

Do ponto de vista espacial, a cidade que recebe maior percentual de contratações do fundo é a capital do estado. Para uma análise do formato de distribuição dos recursos em termos espaciais, é feita a divisão em dois períodos, de 2000- 2005 e de 2006- 2010, a fim de verificar as mudanças ocorridas entre um período e outro, conforme Tabela 8.

No período de 2000 a 2006, 73% dos recursos foram alocados para 15 municípios do estado de Alagoas, dos quais somente a capital do estado foi responsável por 36% do total, restando aos demais municípios 27% de recursos do fundo. Do total de 102 municípios no estado, destacam-se em participação no PIB: Maceió, Arapiraca, Marechal Deodoro, São Miguel dos Campos e Coruripe. A capital do estado tem a maior participação no PIB alagoano, com 49% do total, possui uma economia mais dinâmica com reservas de exploração de sal-gema, concentra as indústrias de construção civil e se destacam também o setor de comercio e serviços, com peso do setor publico. Segundo Lopes e Feitosa (2014), em 2010 Maceió concentrava cerca de 40% da população urbana de Alagoas. Adicionando Arapiraca e Rio Largo este percentual de concentração chega perto dos 50% da população urbana total de Alagoas.

O segundo município em geração de riqueza no estado é Arapiraca com 7,7% do PIB, possui um grande entreposto comercial e é um tradicional produtor de fumo o que atrai empresários para a

região que se instalam e dinamizam a economia local. O município tem também uma posição estratégica que interliga as demais regiões geoeconômicas do estado. Marechal Deodoro, tem uma economia dinâmica e apresentou uma participação relativa de 3,1% do PIB. E os municípios de São Miguel de Campos e Coruripe com 2,5% e 2,2% do PIB, respectivamente. Ou seja, 64,7% de toda riqueza (Produto Interno Bruto) gerada no Estado de Alagoas está presente em cinco municípios que abrangiam 41,6% da população no ano de 2010.

Tabela 8 Alagoas - Os 15 municípios do estado com maiores valores contratado R\$ mil de 2000-2005 (valor nominal)

	Município	Operações	Contratações	(%) valor contratado
1º	Maceió	1165	139710	34,0
2º	União dos Palmares	1625	25742	6,3
3º	Major Isidoro	332	25604	6,2
4º	Coruripe	655	23668	5,8
5º	Arapiraca	2279	23549	5,7
6º	Boca da Mata	65	11152	2,7
7º	São Sebastião	3008	7815	1,9
8º	Traipu	1688	7045	1,7
9º	Palmeira dos Índios	1137	6862	1,7
10º	Murici	263	5983	1,5
11º	Igreja Nova	1786	5676	1,4
12º	Santana do Ipanema	1127	5362	1,3
13º	Marechal Deodoro	45	4855	1,2
14º	Girau do Ponciano	712	4795	1,2
15º	Delmiro Gouveia	1181	4247	1,0
Total dos 15 maiores tomadores		17068	302066	73,6
Demais Municípios (187)		31471	108515	26,4

Fonte: Ministério da Integração Nacional

Através dos dados da Tabela 9, observa-se que dos 15 maiores recebedores do recurso do FNE no período, quatro deles são os que concentram a maior riqueza no estado e concentraram um total de 46% dos recursos do fundo. As contratações se destinam prioritariamente para os empreendimentos de grande e médio porte como os setores industrial e de comércio e serviços, reforçando a concentração espacial e por porte do tomador. Em Alagoas os recursos do FNE tendem a se concentrar nos municípios mais bens estruturados.

Através dos dados da Tabela 9 referente aos principais municípios tomadores dos recursos do FNE de 2006 a 2010, é possível verificar que houve algumas alterações em termos de alguns municípios que não haviam sido classificados no período de 2000 a 2005, estarem entre os 15 maiores recebedores do FNE no estado. Como por exemplo: Delmiro Gouveia (2,6%), Penedo (2,4%), Palmeira dos índios (1,5%). No entanto, a concentração maior assim como no período anterior analisado se dá

nos municípios de maior porte econômico, os cinco municípios com maior participação no PIB de 2010, que concentraram 65,9% dos recursos do FNE de 2006 a 2010. É importante observar também que os 15 maiores tomadores dos recursos do fundo representam 83,7% do total de recursos, restando aos demais 87 municípios apenas 16,3% dos recursos do FNE.

Tabela 9 Alagoas- Os 15 municípios do estado com maiores valores contratado R\$ mil de 2006-2010 (valor nominal)

	Município	Operações	Contratações	(%) valor contratado
1º	Maceió	782	644760	36,3
2º	Coruripe	2946	221634	12,5
3º	Marechal Deodoro	77	147098	8,3
4º	Arapiraca	3954	139614	7,8
5º	União dos Palmares	3100	68241	3,8
6º	Delmiro Gouveia	1269	46654	2,6
7º	Penedo	1821	43254	2,4
8º	Boca da Mata	915	34186	1,9
9º	Palmeira dos Índios	4498	27484	1,5
10º	Anadia	93	26166	1,5
11º	São Sebastião	7375	25389	1,4
12º	São Miguel dos Campos	53	17036	1,0
13º	Olho d' Água das Flores	1414	16782	0,9
14º	Junqueiro	1636	15327	0,9
15º	Igreja Nova	3732	14894	0,8
Total dos 15 maiores tomadores		33665,29	1488519	83,7
Demais Municípios (187)		83629	290046	16,3

Fonte: Ministério da Integração Nacional

Quanto à participação das microrregiões no PIB do estado de Alagoas, entre as treze microrregiões, a de Maceió detém mais de 50% do PIB estadual. Dentre as outras microrregiões destacam-se Arapiraca (10,6%) e São Miguel dos Campos (8,6%), com destaque para os municípios de São Miguel dos Campos e Coruripe. Em termos populacionais destacam-se as microrregiões de Maceió, Arapiraca, Mata Alagoana e São Miguel dos Campos.

As microrregiões com maior PIB per capita de Alagoas foram: Maceió, Palmeira dos Índios, São Miguel dos Campos e Arapiraca. Ao analisar a distribuição dos recursos do FNE no estado de Alagoas na Tabela 10, observa-se que assim como visto na economia sergipana, os recursos do FNE foram destinados em sua maior parte para as microrregiões com maior PIB per capita. As quatro microrregiões com maior PIB per capita concentram 75,5% das alocações do fundo, em termos comparativos, a concentração neste estado foi mais acentuada do que a verificada na economia sergipana. Em contrapartida, as microrregiões com menores PIB per capita: Litoral Norte do Sertão Alagoano, Serrana do Sertão Alagoano e Traipu foram as que obtiveram menores percentuais de valores contratados com os recursos do fundo ao longo do período de 2000-2010.

Outra forma de análise da distribuição dos recursos do FNE é através da classificação da PNDR, como explicado acima, que tem por objetivo alcançar as microrregiões mais carentes, com os financiamentos do FNE. Em Alagoas, segundo a classificação do PNDR, as microrregiões que fazem parte da sub-região de alta renda é a microrregião de Maceió; baixa renda: Alagoana do Sertão do São Francisco, Palmeira dos Índios, Arapiraca, Mata Alagoana, São Miguel dos Campos, Penedo e Litoral Norte Alagoano; dinâmica: Serrana do Sertão Alagoano, Santana do Ipanema, Batalha, Traipu e Serrana dos Quilombos; em Alagoas, não há nenhuma microrregião na sub-região estagnada, segundo subdivisão da PNDR.

Com base na Tabela 11, observa-se que na economia alagoana, maior parte média dos recursos foram destinados para a sub-região de baixa renda. Na classificação da PNDR, estas microrregiões possuem baixo rendimento domiciliar e dinamismo econômico que combinam situações de pobreza e debilidade em suas bases econômicas. A sub-região de baixa renda no período analisado foi responsável na média por 44%, das contratações do FNE.

Tabela 10 Alagoas - PIB, população e PIB per capita das microrregiões de 2000- 2010

MICRORREGIÕES-ANOS	PIB	População	PIB per capita	PIB (%)	População (%)	Valor contratado 2000-2010 (R\$ mil)	Valor contratado 2000-2010 (%)	Valor contratado per capita 2000-2010 (R\$) mil
	2010	2010		2010				
Alagoana do Sertão do São Francisco	427267	79632	5366	1,7	2,6	61109	2,8	767
Arapiraca	2610221	410798	6354	10,6	13,2	247930	11,3	604
Batalha	400647	92320	4340	1,6	3,0	79447	3,6	861
Maceió	13112757	1140682	11496	53,4	36,6	947528	43,3	831
Mata Alagoana	1498370	301464	4970	6,1	9,7	41810	1,9	139
Litoral Norte Alagoano	189581	66858	2836	0,8	2,1	13216	0,6	198
Palmeira dos Índios	1573779	175127	8987	6,4	5,6	83614	3,8	477
Penedo	708486	124552	5688	2,9	4,0	87104	4,0	699
Santana do Ipanema	743674	171228	4343	3,0	5,5	66319	3,0	387
São Miguel dos Campos	2080227	284396	7315	8,5	9,1	371273	17,0	1305
Serra dos Quilombos	805108	146573	5493	3,3	4,7	130294	6,0	889
Serrana do Sertão Alagoano	299310	89487	3345	1,2	2,9	34618	1,6	387
Traipu	125379	37377	3354	0,5	1,2	24886	1,1	666
Total	24574808	3120494	5683	100	100	2189147	100	632

Fonte: IBGE e Ministério da Integração Nacional

Ou seja, as microrregiões que apresentaram maior percentual de contratações do fundo foi a de baixa renda. Após esta, destaca-se a sub-região de alta Renda com 34% e a dinâmica 20%. A sub-região de baixa renda um pico de contratações que chegou em 2003 a 60%, teve uma queda acentuada em 2004 (17%) e participação menor nos anos de 2007 e 2010, perdeu espaço para a sub-região de alta renda que em 2007 chegou a obter 72% do total de contratações do FNE no estado.

Ao fazer uma análise dos municípios de Alagoas, segundo a população, verifica-se que os municípios de 20 a 50 mil habitantes receberam montante de financiamentos proporcionalmente superior a participação no PIB estadual. No caso de Alagoas, alguns municípios que apresentam PIB per capita abaixo da média tiveram um percentual razoavelmente relevante de investimentos do FNE, no entanto, devido a maior concentração dos recursos do FNE em municípios acima de 50 mil habitantes, maior parte dos municípios receberam FNE per capita abaixo da média do estado. Conforme Tabela 12

Tabela 11 Alagoas - Operações e valores contratados de acordo com a definição da PNDR R\$ mil de 2000-2010 (valor nominal)

Ano	Alta Renda				Baixa renda				Dinâmica				Total	
	OP	(%)	Valor	(%)	OP	(%)	Valor	(%)	OP	(%)	Valor	(%)	OP	Valor
2000	16	0,4	5.298	18,8	3.088	71,9	16.471	58,4	1.191	27,7	6.415	22,8	4.295	28.184
2001	6	0,6	3.673	27,2	545	57,9	6.640	49,1	391	41,5	3.214	23,8	942	13.527
2002	17	0,9	2.408	18,3	1.012	56	6.697	50,9	779	43,1	4.052	30,8	1.808	13.157
2003	30	3,5	8.536	30,3	579	68,4	16.869	59,9	237	28	2.744	9,7	846	28.149
2004	165	1,5	124.231	72,1	4.842	45,5	29.299	17,0	5.641	53	18.877	10,9	10.648	172.407
2005	1.323	4,4	2.226	1,4	16.951	56,5	79.673	51,4	11.726	39,1	73.256	47,2	30.000	155.155
2006	285	0,9	20.227	9	17.098	54,3	115.422	51,4	14.115	44,8	88.849	39,6	31.498	224.498
2007	166	0,9	135.067	54,6	11.168	57,8	84.252	34,0	7.980	41,3	28.157	11,4	19.314	247.476
2008	183	0,9	156.326	42,5	11.422	57,9	178.283	48,4	8.120	41,2	33.517	9,1	19.725	368.126
2009	218	1,0	211.497	44,7	12.836	56,7	225.777	47,7	9.566	42,3	35.819	7,6	22.620	473.093
2010	335	1,4	278.038	59,7	13.877	56,0	151.030	32,4	10.549	42,6	36.515	7,8	24.761	465.583

Fonte: Ministério da Integração Nacional

Tabela 12 Alagoas - PIB, População e valor contratado do FNE por classe de tamanho de municípios

Rede Urbana	Nº de cidades	PIB 2010 (Mil)	População	PIB 2010(%)	População 2010 (%)	PIB per capita	Valor	Valor (%)	Valor per capita
Até 5 mil	6	179908	24573	0,7	0,8	7321	11998814	0,5	488
>5 mil e <10 mil	22	707925	152136	2,9	4,9	4653	62938833	2,9	414
>10 mil e <20 mil	34	2820339	486315	11,5	15,6	5799	210346143	9,6	433
>20 mil e <50 mil	31	3921965	891608	16,0	28,6	4399	512866065	23,4	575
>50 mil e <100 mil	7	2949218	419108	12,0	13,4	7037	443364704	20,3	1058
>100 mil e <400 mil	1	1881363	214006	7,7	6,9	8791	163162259	7,5	762
Acima de 400 mil	1	12114090	932748	49,3	29,9	12988	784469875	35,8	841
	102	24574808	3120494	100,0	100,0	7284	2189146694	100,0	653

Fonte: IBGE, Ministério da Integração Nacional.

Analisados a alocação dos recursos do FNE nos estados de Sergipe e Alagoas, observou-se que em termos de alocação por atividade econômica, em ambos os estados o destaque se deu para o setor rural. Em termos de porte do tomador, no geral, a maioria do recurso é destinado para o grande e médio

produtor, no entanto no estado de Sergipe, observou-se uma melhor distribuição para o pequeno produtor. Em termos espaciais, em ambos os estados a alocação se dá principalmente nos locais que possuem maior dinamicidade, na economia sergipana e de Alagoas, os municípios com maior participação no PIB do estado e melhor PIB per capita foram os maiores beneficiários dos recursos do fundo, no entanto no caso de Sergipe, houve certa equidade na distribuição ao utilizar-se da escala por tamanho populacional do município. Ao utilizar-se da classificação da PNDR, verifica-se que o maior tomador em Sergipe foram as microrregiões de alta renda e no caso de Alagoas, as de baixa renda.

Com isso, foi visto que o FNE tem um papel importante na política de desenvolvimento regional. Mas para haver o combate as desigualdades regionais se faz necessário uma distribuição mais equilibrada. No entanto, não se podem fazer afirmações conclusivas sobre alguns pontos aqui levantados, para isso seria necessário uma análise mais detalhada por projeto financiado no estado de Alagoas para um resultado mais preciso deste instrumento.

6 CONCLUSÕES

A economia nacional é marcada pela forte concentração da produção na região Sudeste do país. Para tentar minimizar as desigualdades regionais existentes no Brasil, a partir da década de 1960, o governo passou a adotar políticas de cunho desenvolvimentista que possibilitaram uma integração produtiva entre as regiões brasileiras. A década de 1970 foi um período marcado pela forte intervenção do estado na economia que proporcionou o crescimento de regiões mais atrasadas no Estado Nacional.

O papel de intervenção direta na economia desempenhada pelo Governo Federal, perdurou até a década de 80 e foi essencial para articular as regiões, promover a integração produtiva e possibilitar que as regiões periféricas aumentassem sua participação no PIB nacional. No entanto, na década de 1980, com a crise da economia externa, o Estado Nacional centrou suas medidas em resolver os problemas em suas finanças, diminuindo as políticas de investimento vistas na década anterior, com isso, o processo de desconcentração produtiva nacional diminuiu. E as instituições criadas anteriormente com vistas a promoção do desenvolvimento regional foram enfraquecidas.

Na década de 90 houve intensas modificações na economia nacional como a adoção do neoliberalismo, a abertura comercial, as privatizações, abandono de políticas desenvolvimentistas e o acirramento da guerra fiscal, devido à falta de uma política de desenvolvimento nacional. No entanto, mesmo com a ausência da instrumentalização e coordenação por parte do Governo Federal com uma política nacional de desenvolvimento regional, a preocupação com a redução das desigualdades regionais ficou expressa na Constituição de 1988, com a criação de fundos para o desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro- Oeste.

As políticas de cunho regional voltaram a tomar força com a formulação de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional, através do Ministério da Integração, com o objetivo de

combater as desigualdades regionais e sub-regionais. A aplicação dos fundos constitucionais de financiamento passou a ser norteada por esta política. Assim como visto, cabe ao Ministério da Integração estabelecer as diretrizes e orientações gerais para as aplicações dos Fundos, de forma a compatibilizar os programas de financiamento de acordo com as orientações macroeconômicas, das políticas setoriais e da PNDR.

Observou-se que o FNE possui maior percentual de contratações no setor rural no período analisado. No caso do FNE, a partir de 2003 o setor não rural foi ganhando destaque em participação das contratações dos recursos do fundo. Visto que o percentual de contratações para o setor rural ainda é significativo, o que de certa forma colabora para a manutenção de estruturas produtivas tradicionais na região. O setor industrial tem uma participação média no período de 1989-2010 de 22% do total contratado. Além do fato do FNE atingir muito pouco o setor de infraestrutura que é um setor de importância fundamental para o desenvolvimento.

No que se refere à distribuição segundo o porte do tomador, é o médio e grande produtor que em média tem maior volume de contratações dos recursos. Ou seja, há uma tendência de concentração nos grupos que se apresentam mais estruturados e que possuem melhores condições de crescimento. No entanto, vale ressaltar que a tendência de maior concentração nestes grupos, no caso do FNE, foi a partir do ano de 2003. O motivo dos mini e pequenos produtores não terem conseguido maior percentual de contratações na maior parte dos anos estudados, pode estar relacionado ao fato de terem menores condições de oferecimento de garantias e atender as exigências do sistema financeiro.

Quanto à distribuição espacial do FNE, os estados mais estruturados economicamente foram os maiores detentores dos recursos do fundo, a Bahia, Ceará e Pernambuco. Estes estados foram responsáveis na média dos anos 2000-2010 por 55% do volume contratado dos recursos do fundo.

No que se refere ao estado de Sergipe, ao analisar a distribuição de recursos por porte do tomador, no estado de Sergipe, observa-se que no período de 2000- 2010, a maior parte das operações contratadas foram destinadas aos empreendimentos de pequeno porte, no entanto no que se refere ao percentual contratado, estes responderam com uma média no período de 40,9%. No entanto, a partir de 2008 observa-se uma tendência de maior concentração nos médios e grandes produtores, seguindo a lógica do FNE como um todo.

Quanto à estrutura setorial, o setor que mais se destaca em contratações no período de 2000-2010 é o setor rural, assim como observado nas aplicações do FNE em sua área de atuação. O setor industrial encontra-se em terceira posição, dada a importância deste setor para o desenvolvimento, este deveria ser um setor com direcionamento de recursos mais significativo.

Quando feita a análise com recorte por microrregião, as maiores receptoras dos recursos do fundo são as microrregiões de maior participação no PIB do estado de Sergipe. Na maior parte dos anos a microrregião de Aracaju foi a maior receptora de recursos do fundo. Apesar de em alguns

casos, algumas microrregiões recebem recursos acima das participações no PIB, não tiveram mudanças expressivas nas suas bases produtivas capazes de redefinir suas estruturas econômicas.

Quando se faz o agrupamento segundo o tamanho populacional, apesar de na média os municípios maiores terem recebido financiamentos significativamente superiores aos municípios menores, observa-se que o sistema atingiu certa capilaridade no investimento. O financiamento atingiu boa parte dos municípios entre 20 e 50 mil habitantes que possuíam PIB per capita abaixo da média estadual, e receberam recursos acima da média estadual.

Ao fazer o agrupamento segundo a classificação da PNDR, o que se observou foi que a maior recebedora dos recursos são as microrregiões de alta renda, não atendendo ao estabelecido na política. Na qual determinava que as microrregiões de baixa renda que possuem rendimento domiciliar baixo e baixo dinamismo econômico fosse prioritária na distribuição dos recursos do fundo.

Com isso, os fundos são importantes fontes de recursos para as economias receptoras. O FNE tem dado algumas contribuições para o desenvolvimento da região Nordeste e diminuição das desigualdades inter-regionais. No que concerne a diminuição das desigualdades intrarregionais, apesar de falhas na distribuição, seja espacial ou por porte do tomador, o FNE contribui de certa forma para a desconcentração. No entanto, eles possuem capacidade limitada de configura-se como política regional, é necessário aperfeiçoamento nos mecanismos de repasses dos recursos para melhor distribuição deste e maior inclinação do Governo Federal com vistas a ações para promoção do desenvolvimento regional articulado e a modernização da economia da região.

A economia nacional é marcada pela forte concentração da produção na região Sudeste do país. Para tentar minimizar as desigualdades regionais existentes no Brasil, a partir da década de 1960, o governo passou a adotar políticas de cunho desenvolvimentista que possibilitaram uma integração produtiva entre as regiões brasileiras. A década de 1970 foi um período marcado pela forte intervenção do estado na economia que proporcionou o crescimento de regiões mais atrasadas no Estado Nacional.

O papel de intervenção direta na economia desempenhada pelo Governo Federal, perdurou até a década de 80 e foi essencial para articular as regiões, promover a integração produtiva e possibilitar que as regiões periféricas aumentassem sua participação no PIB nacional. No entanto, na década de 1980, com a crise da economia externa, o Estado Nacional centrou suas medidas em resolver os problemas em suas finanças, diminuindo as políticas de investimento vistas na década anterior, com isso, o processo de desconcentração produtiva nacional diminuiu. E as instituições criadas anteriormente com vistas a promoção do desenvolvimento regional foram enfraquecidas.

Na década de 90 houve intensas modificações na economia nacional como a adoção do neoliberalismo, a abertura comercial, as privatizações, abandono de políticas desenvolvimentistas e o acirramento da guerra fiscal, devido à falta de uma política de desenvolvimento nacional. No entanto, mesmo com a ausência da instrumentalização e coordenação por parte do Governo Federal com uma

política nacional de desenvolvimento regional, a preocupação com a redução das desigualdades regionais ficou expressa na Constituição de 1988, com a criação de fundos para o desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro- Oeste.

As políticas de cunho regional voltaram a tomar força com a formulação de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional, através do Ministério da Integração, com o objetivo de combater as desigualdades regionais e sub-regionais. A aplicação dos fundos constitucionais de financiamento passou a ser norteada por esta política. Assim como visto, cabe ao Ministério da Integração estabelecer as diretrizes e orientações gerais para as aplicações dos Fundos, de forma a compatibilizar os programas de financiamento de acordo com as orientações macroeconômicas, das políticas setoriais e da PNDR.

No segundo capítulo foi levantada a discussão sobre a importância do crédito para o desenvolvimento econômico de qualquer localidade, viu-se alguns instrumentos de repasse de crédito orientado com vistas a minimizar as desigualdades inter e intrarregionais. A discussão apoiou-se na importância do banco de desenvolvimento para a dinâmica da economia nordestina. Mostrou-se que a política de desenvolvimento regional, conta com recursos significativos para promoção do desenvolvimento de regiões periféricas. No entanto, estas por si não são suficientes para que as desigualdades intra e interregionais sejam solucionadas.

Viu-se também a evolução dos repasses e aplicações dos recursos dos fundos (FNO, FCO, FNE). Fez-se uma análise da distribuição espacial e por porte dos beneficiários destes recursos de 1989 – 2010. Os resultados apresentados foram que estes fundos contam com volume expressivo de recursos que são repassados pela Secretária do Tesouro Nacional e houve expansão das contratações a partir de 2004, quando estas passaram a superar os repasses.

Observou-se que tanto o FNO, FNE e FCO possuem maior percentual de contratações no setor rural no período analisado. No caso do FNE, a partir de 2003 o setor não rural foi ganhando destaque em participação das contratações dos recursos do fundo. No caso do FNO, este fator começou a ocorrer somente a partir de 2008 e o FCO somente em 2010 foi que o setor não rural assumiu maior percentual de contratações frente ao setor rural. Dos três fundos, o que teve maior destaque em distribuição para o setor não rural foi o FNE, no entanto ainda é necessário melhorias. Visto que o percentual de contratações para o setor rural ainda é significativo, o que de certa forma colabora para a manutenção de estruturas produtivas tradicionais na região. O setor industrial tem uma participação média no período de 1989- 2010 de 22% do total contratado. Além do fato do FNE atingir muito pouco o setor de infraestrutura que é um setor de importância fundamental para o desenvolvimento.

No que se refere à distribuição segundo o porte do tomador, nos três fundos, é o médio e grande produtor que em média tem maior volume de contratações dos recursos. Ou seja, há uma tendência de concentração nos grupos que se apresentam mais estruturados e que possuem melhores condições de

crescimento. No entanto, vale ressaltar que a tendência de maior concentração nestes grupos, no caso do FNE, foi a partir do ano de 2003. O motivo dos mini e pequenos produtores não terem conseguido maior percentual de contratações na maior parte dos anos estudados, pode estar relacionado ao fato de terem menores condições de oferecimento de garantias e atender as exigências do sistema financeiro.

Quanto à distribuição espacial destes fundos, na região Centro- Oeste, a concentração em valor contratado se dá nos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Na região Norte, a concentração dos recursos ocorre em Pará, Tocantins e Rondônia, estes três estados foram responsáveis no período de 1998- 2010 por em média 80% das contratações na região. Na área de cobertura do FNE, os estados mais estruturados economicamente foram os maiores detentores dos recursos do fundo, a Bahia, Ceará e Pernambuco. Estes estados foram responsáveis na média dos anos 2000-2010 por 55% do volume contratado dos recursos do fundo.

No que se refere aos estados de Sergipe e Alagoas, objeto de estudo desta dissertação. Ao analisar a distribuição de recursos por porte do tomador, no estado de Sergipe, observa-se que no período de 2000- 2010, a maior parte das operações contratadas foram destinadas aos empreendimentos de pequeno porte, no entanto no que se refere ao percentual contratado, estes responderam com uma média no período de 40,9%. No entanto, a partir de 2008 observa-se uma tendência de maior concentração nos médios e grandes produtores, seguindo a lógica do FNE como um todo.

Quanto à estrutura setorial, o setor que mais se destaca em contratações no período de 2000-2010 é o setor rural, assim como observado nas aplicações do FNE em sua área de atuação. O setor industrial encontra-se em terceira posição, dada a importância deste setor para o desenvolvimento, este deveria ser um setor com direcionamento de recursos mais significativo.

Quando feita a análise com recorte por microrregião, as maiores receptoras dos recursos do fundo são as microrregiões de maior participação no PIB do estado de Sergipe. Na maior parte dos anos a microrregião de Aracaju foi a maior receptora de recursos do fundo. Apesar de em alguns casos, algumas microrregiões recebem recursos acima das participações no PIB, não tiveram mudanças expressivas nas suas bases produtivas capazes de redefinir suas estruturas econômicas.

Quando se faz o agrupamento segundo o tamanho populacional, apesar de na média os municípios maiores terem recebido financiamentos significativamente superiores aos municípios menores, observa-se que o sistema atingiu certa capilaridade no investimento. O financiamento atingiu boa parte dos municípios entre 20 e 50 mil habitantes que possuíam PIB per capita abaixo da média estadual, e receberam recursos acima da média estadual.

Ao fazer o agrupamento segundo a classificação da PNDR, o que se observou foi que a maior receptora dos recursos são as microrregiões de alta renda, não atendendo ao estabelecido na política. Na qual determinava que as microrregiões de baixa renda que possuem rendimento domiciliar baixo e baixo dinamismo econômico fosse prioritária na distribuição dos recursos do fundo.



Em Alagoas, conclui-se que há uma reprodução do que acontece em Sergipe no que se refere aos recursos destinados aos setores produtivos. Nesta é também o setor rural o maior beneficiário dos recursos do fundo. No entanto, nesta economia o setor industrial se destaca em segundo lugar em termos de contratações dos recursos do FNE. Quanto ao porte do tomador, observa-se a tendência de maior concentração no grande e médio produtor, nesta a concentração foi mais significativa do que a verificada no estado de Sergipe. Assim, percebe-se que a lógica do FNE vem sendo influenciada pela demanda e de forma geral são os produtores que possuem maior facilidade de obtenção do crédito que obtém o recurso, fomentando as distorções já existentes.

No aspecto espacial no estado de Alagoas, assim como verificado em Sergipe, a maior parte dos financiamentos são destinados aos municípios e microrregiões mais estruturadas economicamente. No entanto, no caso de Alagoas, existiu uma maior concentração comparativamente ao estado de Sergipe.

Com isso, os fundos são importantes fontes de recursos para as economias receptoras. O FNE tem dado algumas contribuições para o desenvolvimento da região Nordeste e diminuição das desigualdades inter-regionais. No que concerne a diminuição das desigualdades intrarregionais, apesar de falhas na distribuição, seja espacial ou por porte do tomador, o FNE contribui de certa forma para a desconcentração. No entanto, eles possuem capacidade limitada de configura-se como política regional, é necessário aperfeiçoamento nos mecanismos de repasses dos recursos para melhor distribuição deste e maior inclinação do Governo Federal com vistas a ações para promoção do desenvolvimento regional articulado e a modernização da economia da região.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. M. A. e RESENDE, G. M. Uma análise dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE), Norte (FNO) e Centro-Oeste (FCO). Texto para Discussão 1206. Brasília, agosto de 2006.

ARAÚJO, M. A. P. O papel do BNB/FNE na economia Nordestina pós 1990. Tese de Dissertação. Natal, 2010.

ARAÚJO, T. B. Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, Cadernos do Desenvolvimento, ano 1, nº 1. Rio de Janeiro, 2006.

Banco do Nordeste do Brasil S.A. Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste- FNE.

_____. Periódico elaborado pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste/ETENE, do Banco do Nordeste do Brasil/BNB. Conjuntura Econômica, Fortaleza, n. 31, Out. - Dez. 2011.

BRASIL. Ministério de Integração Nacional. <www.integracao.gov.br>. Acesso em 07/06/2012.

CAIADO, A. S. C. Desconcentração industrial regional no Brasil (1985 – 1998): pausa ou retrocesso? Tese de Doutorado. Campinas, 2002.

CANO, W. - Desconcentração Produtiva Regional do Brasil: 1970-2005, UNESP, São Paulo, 2008.

_____. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970. São Paulo: Global, 1985.

_____. Perspectiva para a questão regional no Brasil. Ensaio FEE, Porto Alegre 1994.

_____. Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo, T. A. Queiroz. Editora do Instituto de Economia da Unicamp, 1998.

CARDOZO, S. A. Guerra Fiscal no Brasil e alterações das estruturas produtivas estaduais desde os anos 1990. Tese de Doutorado. Campinas, 2010.

CEPLAN- Consultoria econômica e Planejamento. Sergipe desempenho, perspectivas econômicas e evolução dos indicadores sociais (1970-2004). Recife, 2005

FEITOSA, Cid O. As transformações recentes da economia sergipana (1970- 2004). Dissertação de mestrado. Campinas, IE/Unicamp, 2007.

JESUS, D. R. S. Arranjos produtivos Locais em Sergipe: Caracterização, política e articulação comercial. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe, 2010.

LIMA, A.C. C. Políticas de desenvolvimento regional no Brasil: evolução recente dos mecanismos nacionais e Estaduais – o caso do nordeste. Dissertação de Mestrado. Recife, 2008.

LIMA, A. A. Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de integração nacional. Tese de Doutorado. Campinas Instituto de Economia/UNICAMP, 2006

MATOS, E. N.; MOTA, Fernando C. de M. Avaliação do FNE no Desenvolvimento regional baiano no período pós-real. Bahia Análise & Dados, v. 16, , 2007 p. 621-633.



MACEDO, F. C. e MATOS, E. N. O papel dos Fundos Constitucionais de financiamento no desenvolvimento regional brasileiro. *Ensaio FEE*, v. 29, n. 2, p. 355- 384, 2008.

MATOS, E. N. Fundos Constitucionais de Financiamento, *Boletim regional – Informativo da Política Nacional de Desenvolvimento Regional*, Brasília, n.1, 2006 a, p. 26-35.

_____. Fundos Constitucionais de Financiamento, *Boletim regional – Informativo da Política Nacional de Desenvolvimento Regional*, Brasília, n.3, 2006b, p. 26-35. O outro boletim

_____. Fundos Constitucionais de Financiamento, *Boletim regional – Informativo da Política Nacional de Desenvolvimento Regional*, Brasília, n.1, 2006 a, p. 26-35.

_____. *A Dinâmica Urbana e a Inserção na Economia Regional: O Caso de Aracaju*. Unicamp, Instituto de Economia. Tese de Doutorado, 2009.

_____. Fundos Constitucionais de Financiamento e as desigualdades regionais brasileiras. In: IV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos. Foz do Iguaçu. Programação e Resumos do IV ENABER, 2006.

MELO, R. O. L; PASSOS SUBRINHO, J. M. P; FEITOSA, C. O. *Indústria e Desenvolvimento em Sergipe*. REN, 2010.

MELO, R. O. L. *Economia sergipana contemporânea (1970- 2010)*. Editora UFS -São Cristóvão; Editora Diário Oficial- Aracaju, 2012.

QUIANTE, W. *Fundos Constitucionais e Banco do Nordeste – Uma Análise das Liberações Considerando a Lógica de Operação do Sistema Bancário Nacional*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Uberlândia/MG, 2010.

BRANDÃO, L. F. L. M. A reprodução social brasileira em alagoas: notas históricas sobre a economia de acumulação travada e a sociedade de elite no contexto. In: XV Encontro da ANPUR – ENANPUR, 2013, Recife. *Anais do XV Encontro da ANPUR - ENANPUR*. Recife: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2013. v. 1. p. 1-16.

CARVALHO, C. P. de O. *Economia popular: uma via de modernização para Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2008.

GOMES, F. G. A inserção da economia alagoana na recente dinâmica de crescimento regional. In: *Revista Eletrônica Economia Política do Desenvolvimento*. Maceió, vol. 04, n. 10. P. 151-186

LIMA, A. A. *Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de integração nacional*. Tese de Doutorado. Campinas Instituto de Economia/UNICAMP, 2006

LOPES, G. C. L. A; e FEITOSA, C. O. O processo de desconcentração produtiva nacional e seus impactos em alagoas. XIX encontro nacional de economia política, Florianópolis – 03 a 06 de junho de 2014.

SILVA JUNIOR, G. G. *Convergência de renda: Uma análise para os municípios do estado de Alagoas*. Dissertação de Mestrado. Maceió – AL, 2011.